

8

Relatório de Gestão e Contas 2021



Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EM SA

Índice

Sumário Executivo-----	3
Lugares de estacionamento da EMES-----	4
Análise Receitas EMES EM SA 2021 -----	5
Estacionamento à Superfície	7
<i>Vila de Sintra</i> -----	8
<i>Portela Sintra</i> -----	9
<i>Estefânia</i> -----	10
<i>Pagamento de Avisos e Pagamento Móvel</i> -----	11
Outros Rendimentos.....	11
Parques Estacionamento	12
<i>Parques IP Património</i> -----	12
Parque de Massamá-----	14
Parque de Agualva -----	15
Parque Mira Sintra/Meleças -----	16
Parque Queluz/Belas -----	16
Parque Portela Sul-----	17
Parque Monte Abraão -----	18
Parque João de Deus -----	19
<i>Parques Câmara Municipal de Sintra</i> -----	20
Parque Edifício Sintra-----	21
Parque Mercado Cacém -----	22
Parque Rio do Porto -----	23
Parque da Portela Norte-----	23
Análise Despesas EMES EM SA 2021 -----	25
Fornecimentos e Serviços externos	25
Gastos com Pessoal	26
Valor Orçamentado Vs. Valor Executado -----	28
Investimentos -----	29
Evolução da Estrutura Financeira -----	30
Evolução do Resultado Líquido do exercício	30

EMES EM SA - Relatório de Gestão e Contas 2021

Handwritten signature or initials in blue ink.

Evolução dos Resultados Transitados	31
Evolução do Ativo	32
Evolução do Passivo	33
Evolução do Capital Próprio.....	34
Evolução da Caixa e Depósitos Bancários.....	35
Perspetivas de evolução futura.....	36
Eventos Subsequentes -----	37
Proposta de Aplicação de Resultado -----	38
Menções Obrigatórias-----	39
Demonstrações Financeiras -----	40

Sumário Executivo

O ano de 2021 iniciou com um pico no surto de Covid-19 no final de janeiro, o que motivou uma nova fase de confinamento da população e o encerramento da generalidade do comércio e dos restaurantes por forma a travar as cadeias de transmissão, tendo o fluxo de movimento automóvel reduzido, diminuindo grandemente a procura de lugares de estacionamento., afetando a receita do início do ano.

Esta situação de confinamento, obrigou igualmente a que não fosse realizada a fiscalização no estacionamento à superfície, estando os agentes de fiscalização sem funcionar durante grande parte dos meses de fevereiro, março e abril.

Após este período, retomou-se a fiscalização do estacionamento de superfície, tendo havido ao longo do resto do ano uma recuperação gradual de receita, que permitiu, apesar destes constrangimentos, que se terminasse o ano com resultados positivos.

Para que isso acontecesse, contribuiu também uma boa gestão dos gastos da empresa, que, considerando a receita obtida, principalmente no segundo semestre do ano, permitiu terminar o mesmo com um resultado positivo de 96.398€.

Na sequência do processo eleitoral autárquico, no dia 2 de novembro tomou posse o novo Conselho de Administração.

No final do ano foi aprovada por este Conselho de Administração uma Norma Interna de horários de trabalho e controle de assiduidade que entrou em vigor no primeiro dia útil de dezembro.

Foi igualmente aprovado o Organograma da empresa

O conselho de administração não pode deixar de frisar que, à semelhança de anos anteriores, em 2021 a estrutura reuniu todos os esforços para superar os desafios e alcançar os objetivos da empresa.

Lugares de estacionamento da EMES

A EMES EM SA gere atualmente um total de 4483 lugares de estacionamento, constituídos da seguinte forma:

- Lugares de estacionamento pagos - 2093 lugares;
- Lugares de estacionamento gratuitos - 2390 lugares;

Dos lugares de estacionamento pagos, 1151 lugares são de estacionamento à superfície nas zonas da Vila, Estefânia e Portela e 942 são lugares em parques de estacionamento no Cacém (PMC), no Parque Edifício Sintra, em Queluz, na Portela Sul, no Rio do Porto e no João de Deus.

Nos restantes parques o estacionamento é gratuito, sendo que em Massamá e Agualva (771 lugares) é gratuito apenas nas primeiras 24h.

Parque / Zona	Lugares
Parque Municipal do Cacém (PMC)	255
Parque do Edifício Sintra (PES)	75
Parque do Rio do Porto	88
Parque Portela Norte	450
Parque Queluz / Belas	230
Parque da Portela Sul	258
Parque de Monte Abraão	586
Parque de Mira Sintra / Meleças	583
Parque de Agualva	211
Parque de Massamá	560
Parque João de Deus	36
Est. Superfície	1151

Análise Receitas EMES EM SA 2021

A nível das Receitas de 2021 a EMES EM SA apresenta uma receita líquida de 1.065.868€ resultante da exploração dos Estacionamentos à superfície, Parques de estacionamento (Parques IP Património e Parques CMS) e pagamento de avisos e autos de contraordenação.

No que diz respeito à distribuição da receita, o Estacionamento à superfície, à semelhança dos anos anteriores, continua a representar a maior fatia da receita da empresa, representando 66% do valor total da receita.

De salientar que a zona da Vila de Sintra representa 56% sobre a totalidade da receita de estacionamento à superfície, representando aproximadamente 37% sobre a receita total da EMES EM SA.



Gráfico I: Distribuição da Receita 2021

EMES EM SA - Relatório de Gestão e Contas 2021

Para efeitos de análise comparativa, apresentamos abaixo o gráfico referente aos anos 2018 a 2021.

Verifica-se que, após o crescimento verificado da receita entre 2018 e 2019, a pandemia veio provocar um decréscimo da receita em 2020, para valores inferiores aos de 2018, tendo em 2021 havido uma recuperação para valores acima dos de 2018, mas ainda abaixo daqueles que se verificaram em 2019.

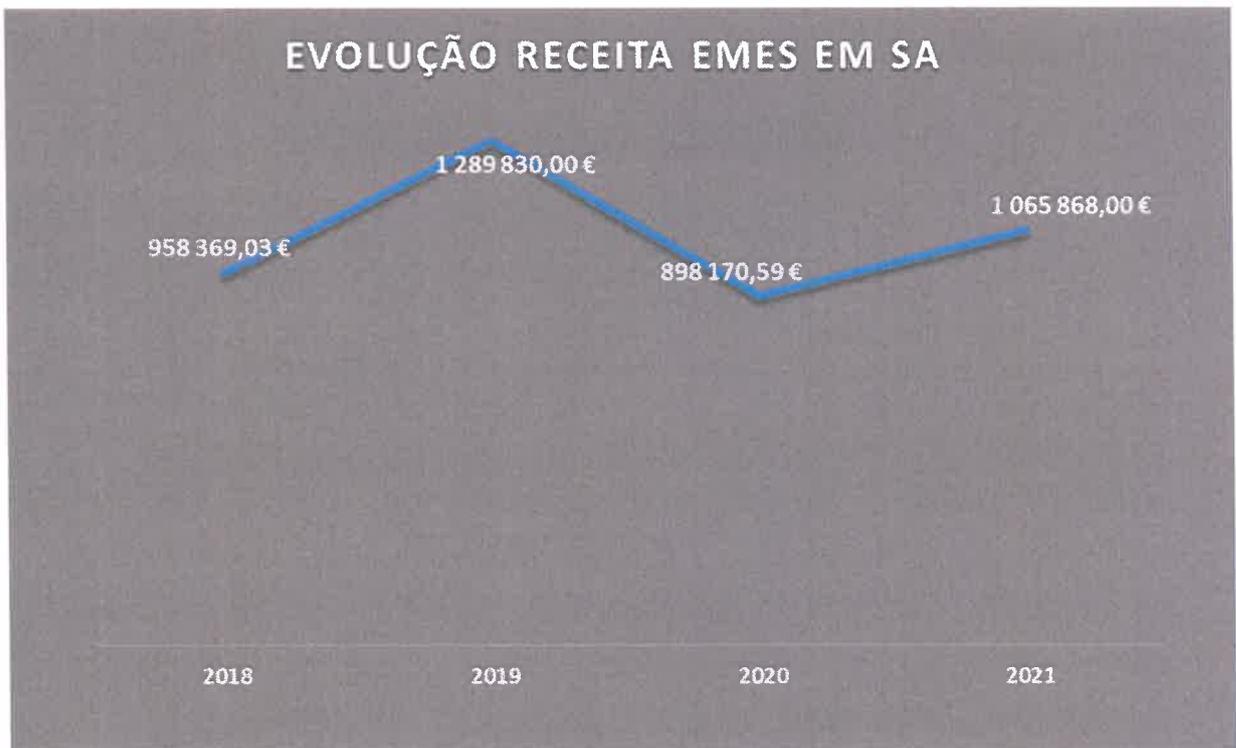


Gráfico II: Evolução receita líquida 2018-2021

Estacionamento à Superfície

Em relação ao estacionamento à superfície, este gerou uma receita em 2021 de 702.472€, correspondentes à soma das receitas da Vila de Sintra (391.633€), da Portela (193.382€) e da Estefânia (117.457€).

Comparando com o ano anterior, houve um aumento de aproximadamente 52% na receita do estacionamento à superfície, resultante do facto de a procura de estacionamento ter começado a aumentar a partir de maio de 2021.

Receita de Estacionamento à Superfície

	2020	2021	% Sobre Total Receita Estacionamento Superfície 2021
Estacionamento Vila de Sintra	275 464,69 €	391 632,98 €	56%
Estacionamento Portela Sintra	110 302,49 €	193 381,90 €	28%
Estacionamento Estefânea	75 713,30 €	117 457,14 €	17%
Total Receita (Vendas e Serviços Prestados)	461 480,48 €	702 472,02 €	

Quadro I: Receita de estacionamento à superfície

Verifica-se que a Vila de Sintra com uma contribuição de 56%, continua a ser o ponto principal de receita, muito motivado pelo facto de ser uma zona de muita rotação e de muita afluência, sendo igualmente a zona com o tarifário mais elevado.

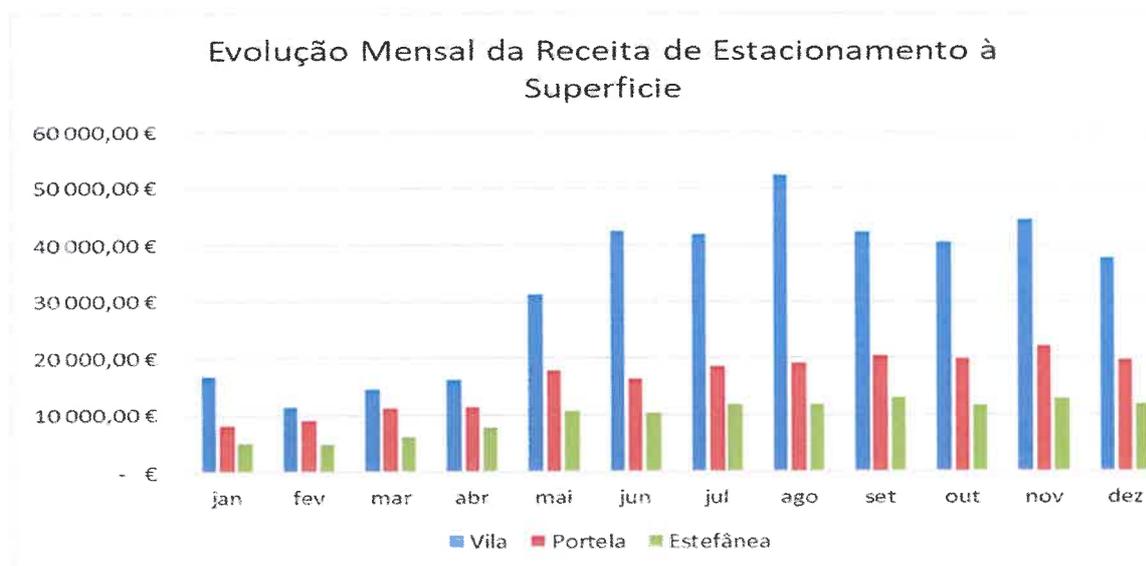


Gráfico III: Evolução mensal receita de estacionamento à superfície

Handwritten signature or initials in blue ink.

Vila de Sintra

O estacionamento de superfície na Vila de Sintra arrecadou um total de 391.633€ representando 56% do total da receita do estacionamento de superfície e 37% sobre a totalidade da receita da EMES em 2021.

Analisando a evolução mensal da Receita correspondente à Vila de Sintra, que apresenta uma receita média mensal de 32.636€, destaque para o mês de agosto, onde a receita atingiu 52.225€. Apesar da pouca receita realizada nos primeiros quatro meses do ano, a partir de maio a receita foi sendo recuperada para valores que se aproximaram no normal, permitindo assim uma receita anual já a aproximar-se de valores anteriores à pandemia.

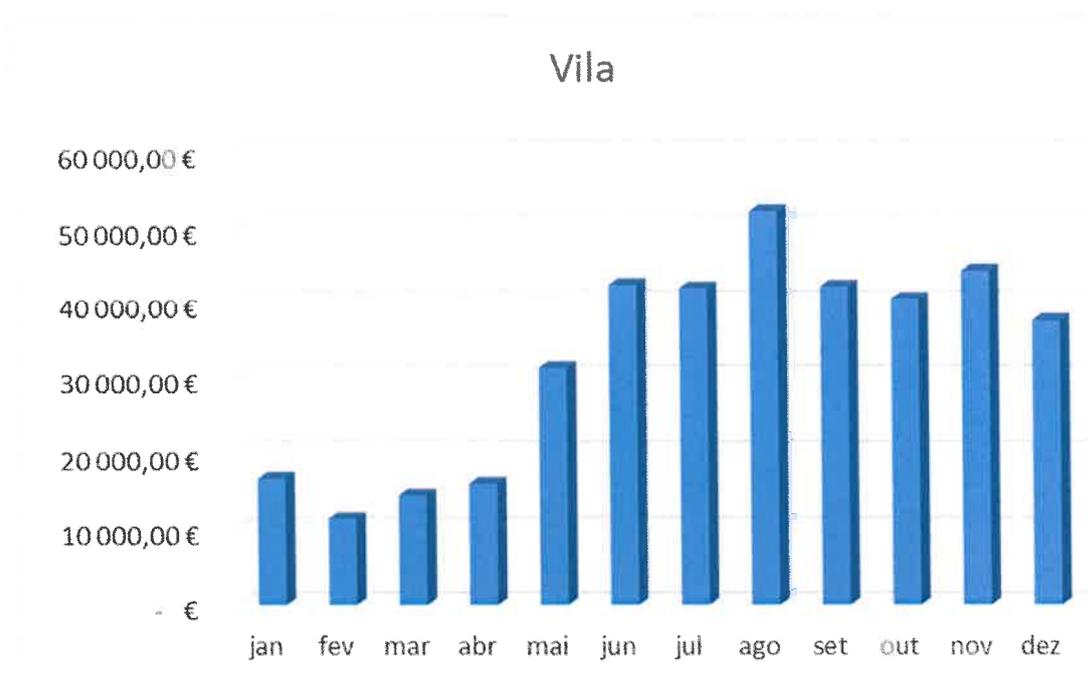


Gráfico IV: Evolução mensal receita de estacionamento na zona da Vila

Portela Sintra

A Portela de Sintra apresentou uma receita anual de 193.382€, representando cerca de 28% do total da receita do estacionamento de superfície e 18% sobre a totalidade da receita da EMES em 2021.

A receita da Portela de Sintra, apresenta uma média mensal de 16.115€, realçando-se o mês de novembro, com uma receita superior a 20.000€, sendo de realçar a influência negativa que os confinamentos e a redução da procura de estacionamento pago tiveram na receita dos meses de janeiro a abril.

A partir de maio verificou-se uma recuperação e um aproximar dos valores normais para esta zona.

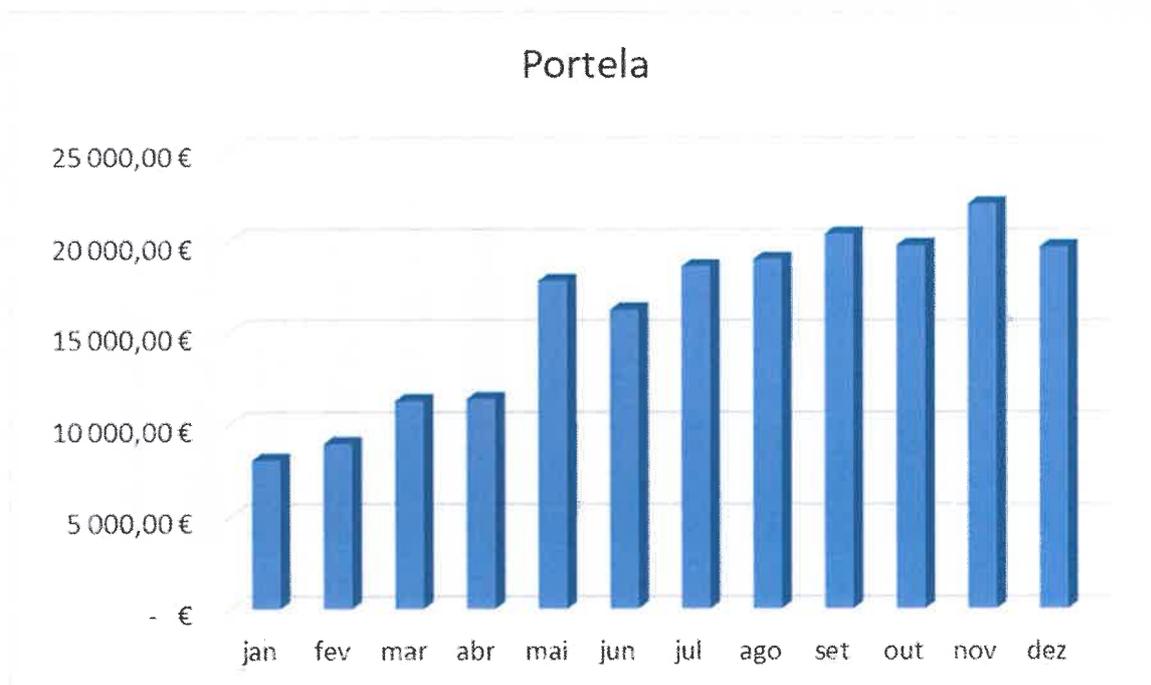


Gráfico V: Evolução mensal receita de estacionamento na zona da Portela

Estefânia

O estacionamento da Estefânia apresentou uma receita anual de 117.457€, representando 17% do total da receita dos estacionamentos à superfície e 11% sobre a totalidade da receita da EMES em 2021.

A receita da Estefânia, apresenta uma média mensal de 9.788€, realçando-se os meses de setembro e novembro com receitas superiores a 12.000€.

Da mesma forma, nesta zona, verificou-se um regresso quase à normalidade a partir do mês de maio.



Gráfico VI: Evolução mensal receita de estacionamento na zona da Estefânia

Pagamento de Avisos e Pagamento Móvel

A receita resultante do pagamento de avisos e pagamento móvel de estacionamento cifrou-se em 80.286€, representando 11% sobre o total da receita resultante do estacionamento à superfície.

Tal valor encontra-se incluído na receita líquida por zona de estacionamento anteriormente apresentada (Vila 50.229€, Portela 18.639€ e Estefânia 11.419€)

O peso do pagamento móvel de estacionamento no total da receita de estacionamento à superfície tem aumentado, demonstrando a tendência de os utentes usarem cada vez mais os meios eletrónicos para procederem ao pagamento do estacionamento.

Prevê-se que em 2022, o recurso cada vez mais ao pagamento móvel do estacionamento, se reflita num aumento da receita através destes sistemas, evitando assim o manuseamento de dinheiro em coletas, inclusive através da eventual entrada de novos operadores de pagamento móvel.

Outros Rendimentos

Tendo iniciado em 2020 o sistema de contraordenações, estes permitiram gerar em 2021 um rendimento suplementar de 211.690€, contribuindo assim para a receita total apresentada.

Parques Estacionamento

Em complemento com o estacionamento à superfície, outra área da EMES EM SA, são os Parques de estacionamento que lhe estão concessionados (Parques da IP Património e Parques da Câmara Municipal de Sintra)

Parques IP Património

Os parques de estacionamento da IP Património concessionados à EMES são seis, sendo que quatro deles são de utilização gratuita (parque de Massamá, parque de Agualva, parque de Monte Abraão e parque de Meleças). No parque de Monte Abraão existe uma receita proveniente da cedência do espaço à Junta de Freguesia para a realização da feira semanal.

Em dezembro de 2019 foi tomada a decisão de, embora mantendo os parques de Agualva e Massamá como gratuitos, introduzir o sistema de gratuidade apenas nas primeiras 24 horas, sendo cobrada taxas para períodos superiores a esses, assim como criar a possibilidade da subscrição de avenças para esses parques, tendo essa decisão permitido a realização de receita nestes parques, conforme se pode verificar da análise do *Gráfico VII: Evolução mensal receita Parques IP Património 2021*

A receita total gerada com os parques concessionados pela IP Património, ascendeu a 169.197€, o que representa um aumento de aproximadamente 7% quando comparada com a receita obtida em 2020. Embora tenha havido uma quebra de receita nos parques da Portela e de Queluz, esta quebra foi compensada pelo aumento da receita nos Parques de Monte Abraão, Massamá, Agualva e João de Deus.

EMES EM SA - Relatório de Gestão e Contas 2021

Apresenta-se de seguida o gráfico da evolução mensal da receita nos parques IP Património

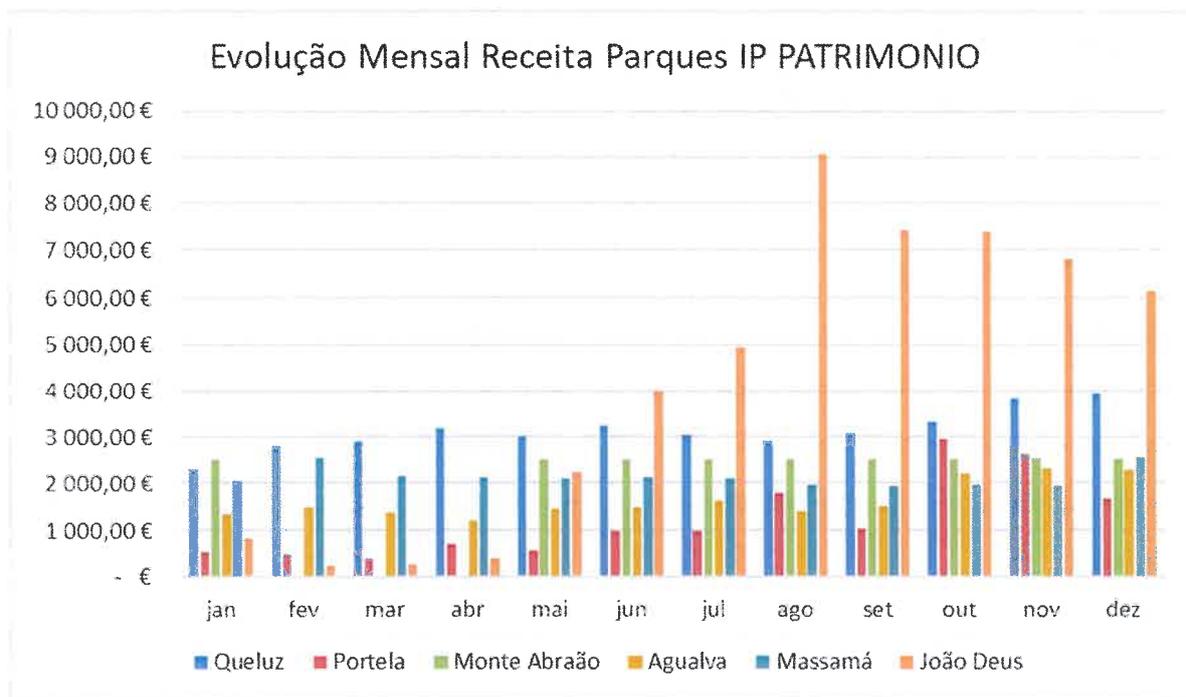


Gráfico VII: Evolução mensal receita Parques IP Património 2021

EMES EM SA - Relatório de Gestão e Contas 2021

Parque de Massamá

O parque de Massamá com capacidade para 560 lugares, foi inaugurado em 2017 e serve a estação de Massamá/Barcarena. Sendo um parque de utilização gratuita, não gerava receita.

A partir de dezembro de 2019, mantendo-se o parque gratuito nas primeiras 24 horas, mas cobrando uma tarifa por períodos superiores e permitindo a subscrição de avenças, conseguiu-se gerar uma receita que influenciou positivamente a receita deste parque durante os anos de 2020 e 2021. A receita gerada no exercício em análise foi de 25.365.

Realce para os meses de fevereiro e dezembro com receitas próximo dos 2.500€.

Apresenta-se de seguida o gráfico da evolução mensal da receita neste parque.

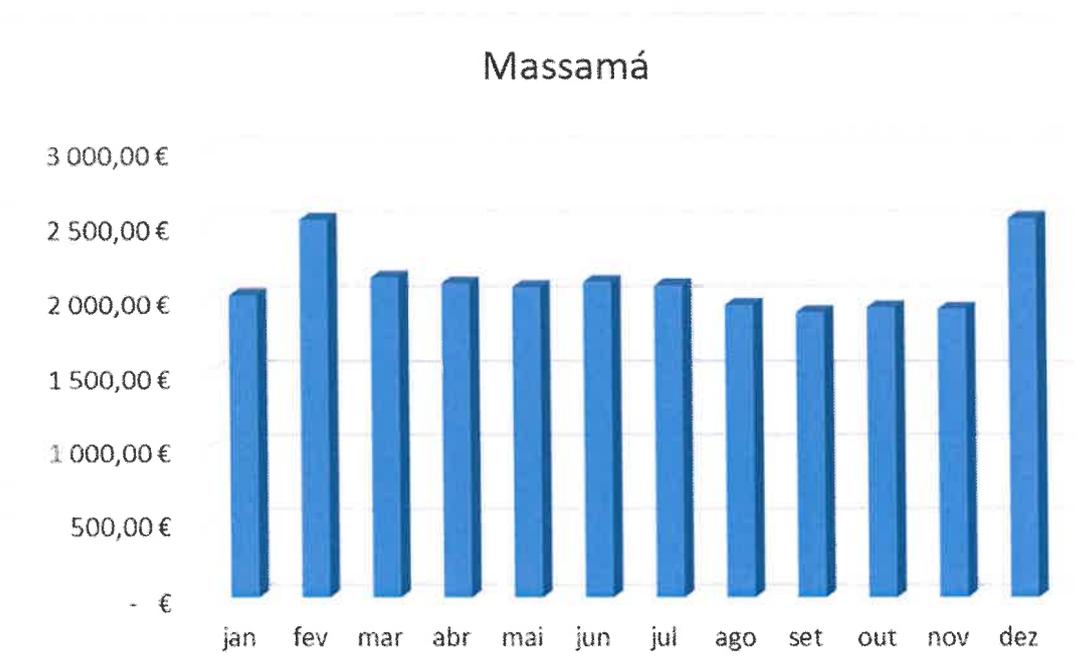


Gráfico VIII: Evolução mensal receita Parque de Massamá em 2021

Parque de Aqualva

O parque de Aqualva com capacidade para 211 lugares, foi também inaugurado em 2017 e serve a estação de Aqualva/Cacém. Sendo um parque de utilização gratuita, não gerava receita.

A partir de dezembro de 2019, mantendo-se o parque gratuito nas primeiras 24 horas, mas cobrando uma tarifa por períodos superiores e permitindo a subscrição de avenças, conseguiu-se gerar uma receita que influenciou positivamente a receita deste parque durante os anos de 2020 e 2021. A receita gerada no exercício em análise foi de 19.595€.

Realce para os meses de outubro a dezembro com receitas superiores a 2.000€.

Apresenta-se de seguida o gráfico da evolução mensal da receita neste parque.

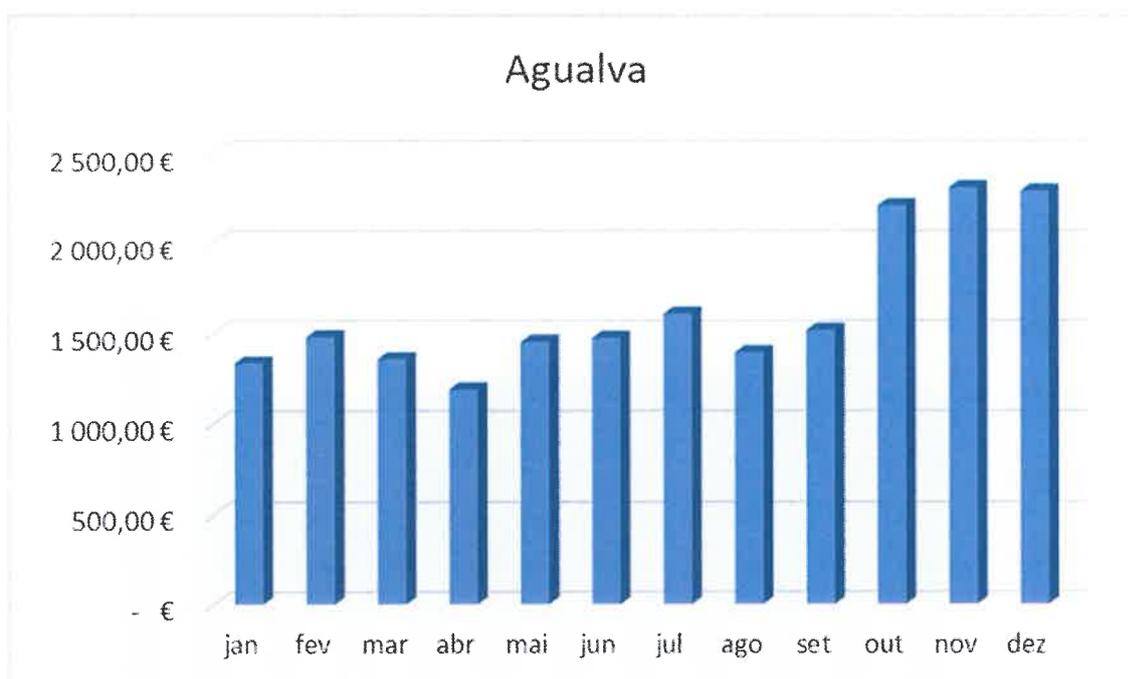


Gráfico IX: Evolução mensal receita Parque de Aqualva em 2021

Handwritten signature

Parque Mira Sintra/Meleças

Este parque, apesar de ter uma grande capacidade (583 lugares), apresentava baixos níveis de procura, motivados pela estratégia de destino dos comboios da CP que partem dessa estação. Este parque passou a ser gratuito a partir de outubro de 2019, não gerando, por essa razão, qualquer receita em 2021.

Parque Queluz/Belas

Com uma capacidade para 230 lugares, a receita total deste parque que serve a estação da CP de Queluz/Belas, ascendeu aos 37.451€.

Realce para os meses de novembro e dezembro com receitas superiores a 3.500€.

Apresenta-se de seguida o gráfico da evolução mensal da receita neste parque.

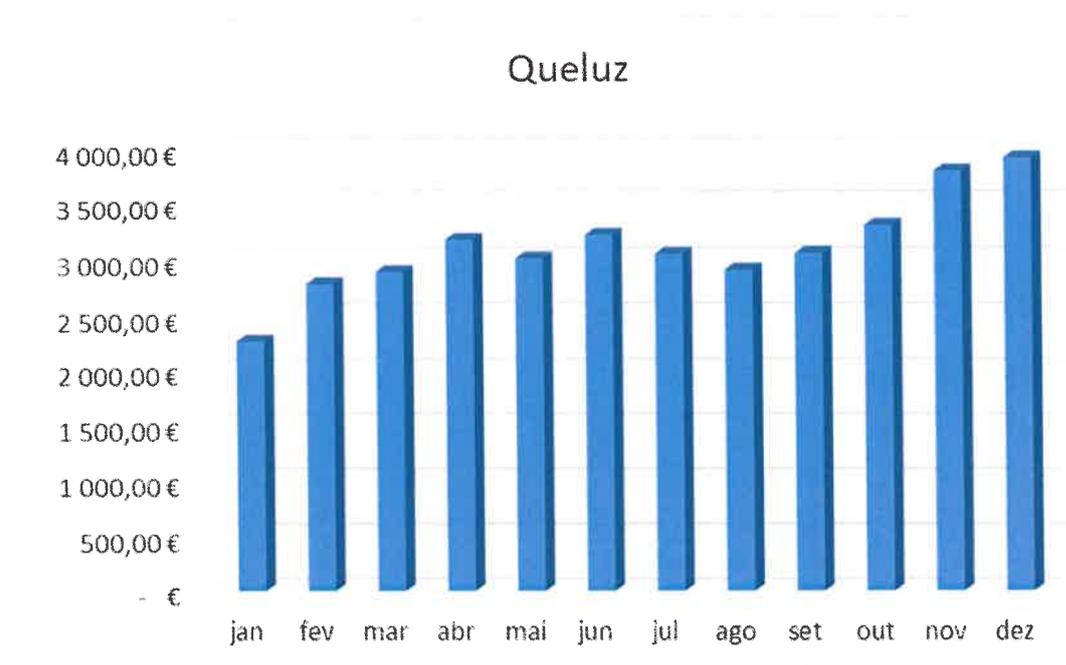


Gráfico X: Evolução mensal receita Parque de Queluz em 2021

EMES EM SA - Relatório de Gestão e Contas 2021

Parque Portela Sul

Este parque que serve a estação da CP da Portela de Sintra, com uma capacidade de 258 lugares, gerou uma receita de 14.580€.

Realce para os meses de outubro e novembro com receitas superiores a 2.500€.

Apresenta-se de seguida o gráfico da evolução mensal da receita neste parque.

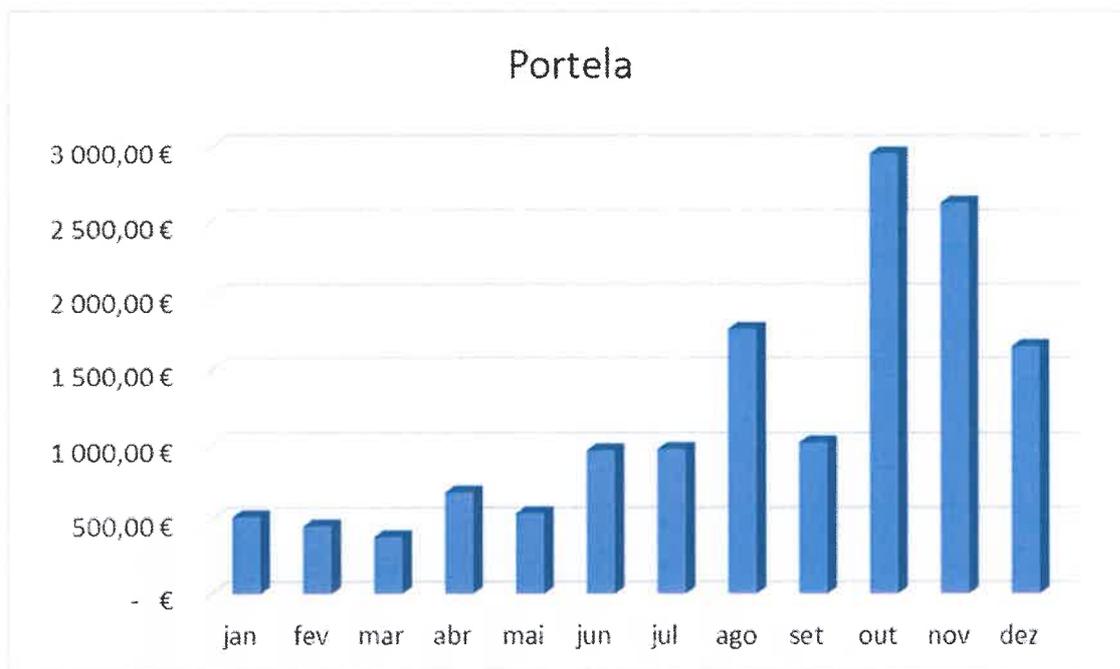


Gráfico XI: Evolução mensal receita Parque da Portela em 2021

Parque Monte Abraão

No parque de Monte Abraão, com uma capacidade de 586 lugares, destaca-se a importância da cedência de espaço à União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão para a realização da feira semanal, dado que, também este parque passou a ser gratuito a partir de outubro de 2019. O valor da receita total foi de 22.533€.

Realce para os meses de fevereiro a abril, dado que não foi cobrada a cedência do espaço à Junta de Freguesia, considerando que não se realizou a feira semanal.

Apresenta-se de seguida o gráfico da evolução mensal da receita neste parque.

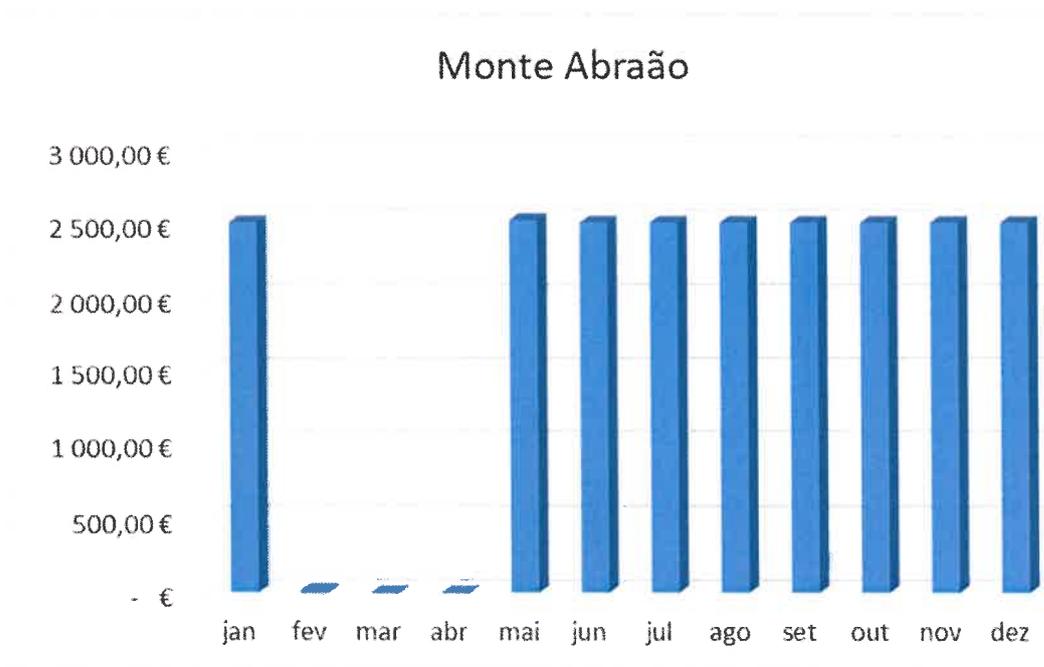


Gráfico XII: Evolução mensal receita Parque de Monte Abraão em 2021

EMES EM SA - Relatório de Gestão e Contas 2021

Parque João de Deus

A receita deste parque que está junto à estação terminal da CP em Sintra, com uma capacidade de 36 lugares, foi de 49.673€.

Realce para o aumento de receita a partir de agosto, resultado de um regresso gradual à normalidade e da conseqüente procura de estacionamento na zona da Vila.

Apresenta-se de seguida o gráfico da evolução mensal da receita neste parque.

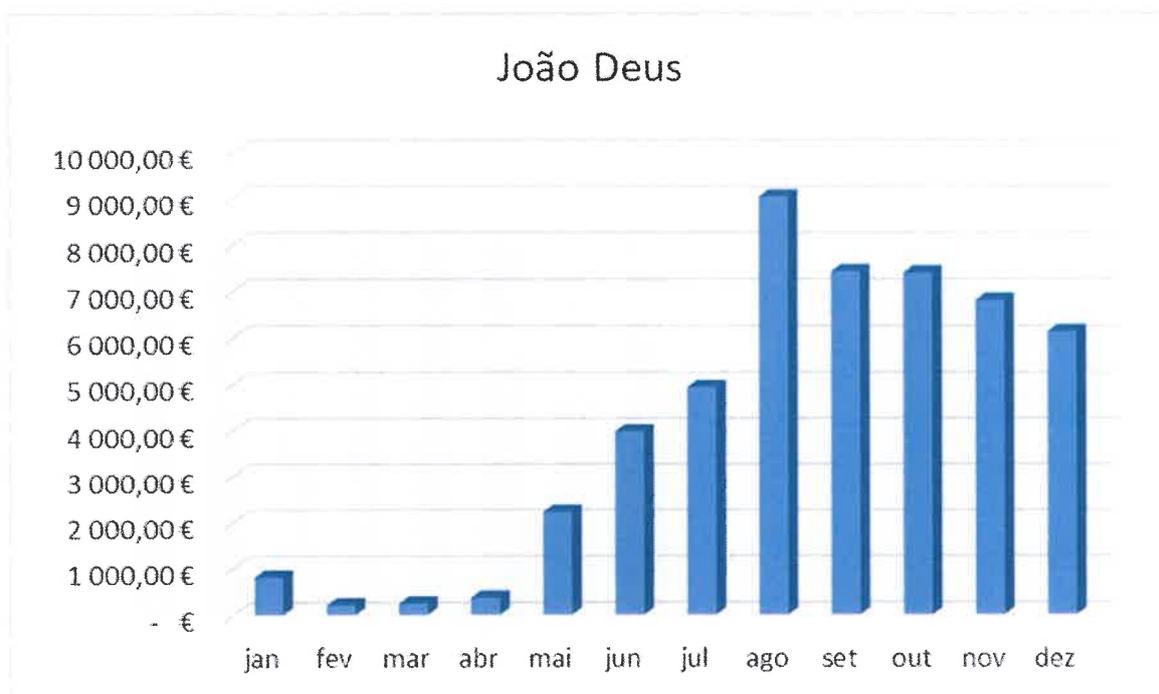


Gráfico XIII: Evolução mensal receita Parque de João de Deus em 2021

M
u
p

Parques Câmara Municipal de Sintra

Os parques de estacionamento da Câmara Municipal de Sintra, concessionados à EMES são quatro, sendo que um deles é de utilização gratuita (parque da Portela Norte), não gerando, portanto, qualquer receita.

No que refere aos restantes parques (Parque Edifício Sintra, Parque do Mercado do Cacém e Parque de Rio do Porto), os mesmos registaram 193.457€, representando um aumento de cerca de 23% em comparação com 2020.

Evolução Mensal Receita Parques CMS

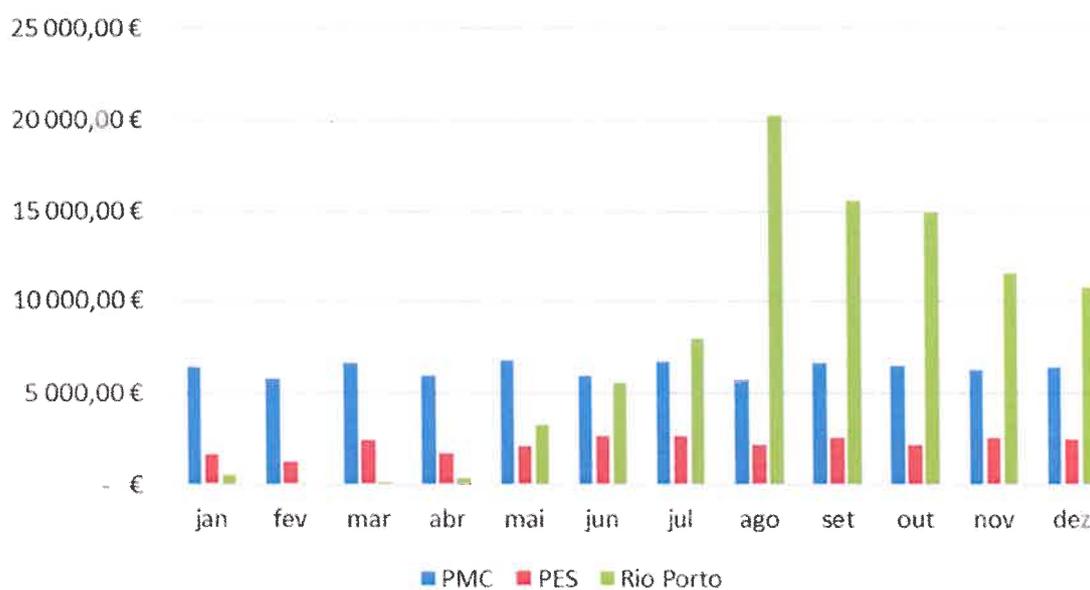


Gráfico XIV: Evolução mensal receita Parques CMS 2021

EMES EM SA - Relatório de Gestão e Contas 2021

Parque Edifício Sintra

O parque do edifício de Sintra é um parque situado na cave de um edifício e tem uma disponibilidade para a EMES de 75 lugares, tendo registado em 2021 uma receita total de 26.554€, apresentando a receita valores superiores a 2020.

Apresenta-se de seguida o gráfico da evolução mensal da receita neste parque.

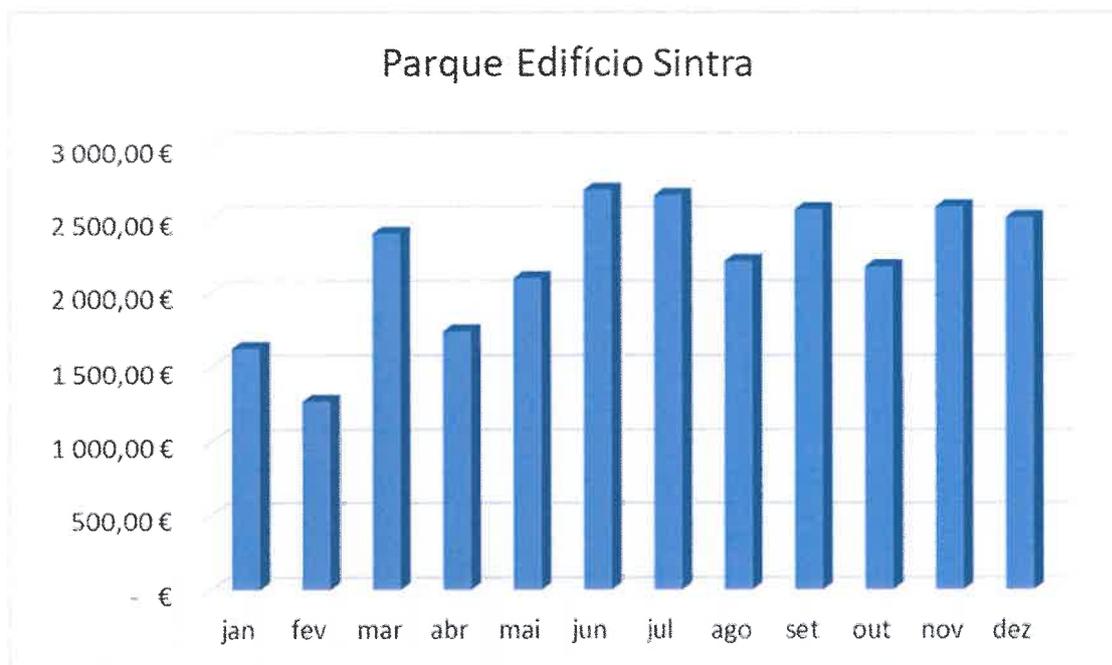


Gráfico XV: Evolução mensal receita Parque do Edifício Sintra em 2021

Parque Mercado Cacém

O Parque do Mercado do Cacém, situado no edifício do Mercado e da Loja do Cidadão, com uma capacidade de 255 lugares, registou uma receita total de 75.714€, apresentando a receita valores superiores aos de 2020.

Este parque tem um cariz essencialmente residencial representando as avenças a principal fonte de receita, representando a rotatividade valores relativamente baixos, sendo o principal valor correspondente a avenças.

Apresenta-se de seguida o gráfico da evolução mensal da receita neste parque.

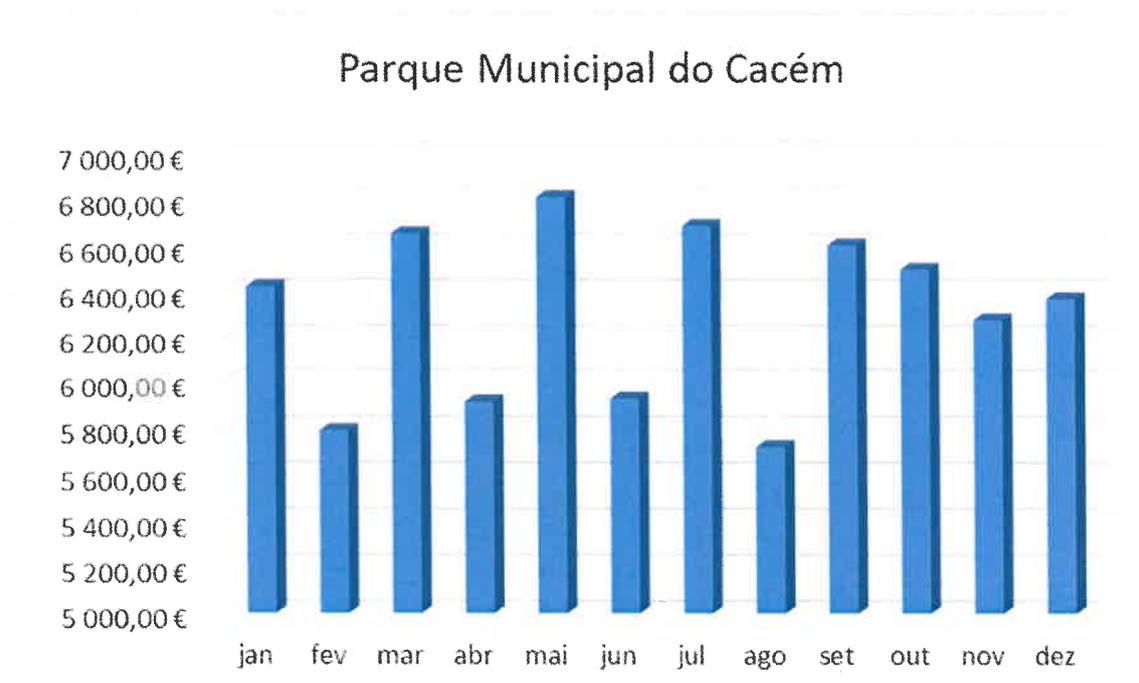


Gráfico XVI: Evolução mensal receita Parque Municipal do Cacém em 2021

EMES EM SA - Relatório de Gestão e Contas 2021

Parque Rio do Porto

O parque do Rio do Porto, situado junto ao Centro Histórico, passou a ser tarifado a partir do início de dezembro de 2018. Trata-se de um parque com 88 lugares destinados apenas a estacionamento de rotação devido à sua localização, tendo registado em 2021 uma receita de 91.1898€, representando um aumento de receita em comparação com 2020.

Apresenta-se de seguida o gráfico da evolução mensal da receita neste parque.



Gráfico XVII: Evolução mensal receita Parque do Rio do Porto em 2021

Parque da Portela Norte

O parque da Portela Norte, que entrou em funcionamento em 2017, é um parque gratuito com capacidade para cerca de 450 viaturas, não gerando qualquer receita.

EMES EM SA - Relatório de Gestão e Contas 2021

M
R
P

Em relação à receita total dos parques de estacionamento verifica-se que houve um aumento de 15% face ao ano 2020. Esta receita ascendeu em 2021 a um total de 362.654€ ficando assim 55.422€ acima do valor alcançado em 2020 que foi de 307.232€.

A receita total dos parques de estacionamento representa 34% do total das Vendas e Serviços Prestados.

Apresenta-se de seguida a evolução mensal da receita dos Parques de estacionamento relativamente aos anos de 2020 e 2021.

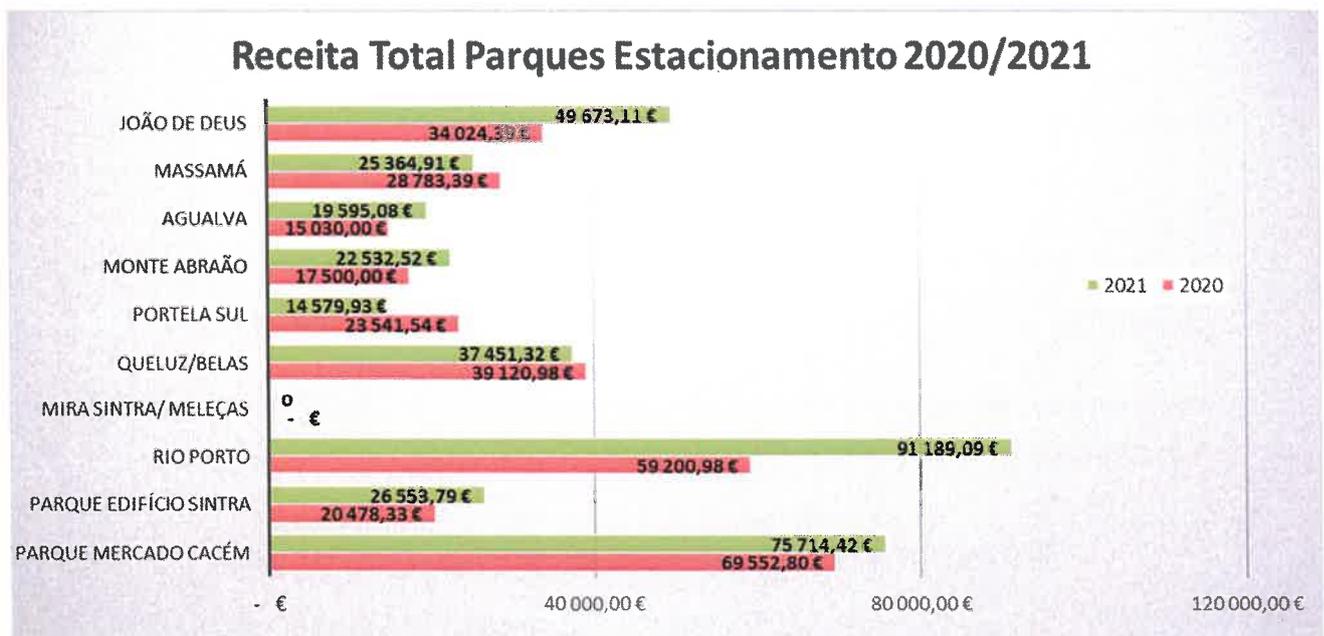


Gráfico XVIII: Receita totais Parques Estacionamento 2020/2021

Análise Despesas EMES EM SA 2021

Durante o exercício de 2021 a EMES EM SA apresentou um total de gastos de exploração de 958.896€. No ano transato, estes gastos tinham sido de 1.154.112€, verificando-se assim uma redução dos gastos totais. A redução deve-se ao facto de terem baixado os gastos com pessoal, motivado essencialmente pela saída de um administrador executivo e de alguns trabalhadores e também à redução dos gastos em fornecimentos e serviços externos.

Fornecimentos e Serviços externos

A rubrica fornecimentos e serviços externos apresenta um total de 301.574€ para o exercício de 2021, uma média mensal de 25.131€, inferior à média do ano anterior.

Apresenta-se de seguida o gráfico com a evolução dos custos com Fornecimento e Serviços Externos entre 2017 e 2021.

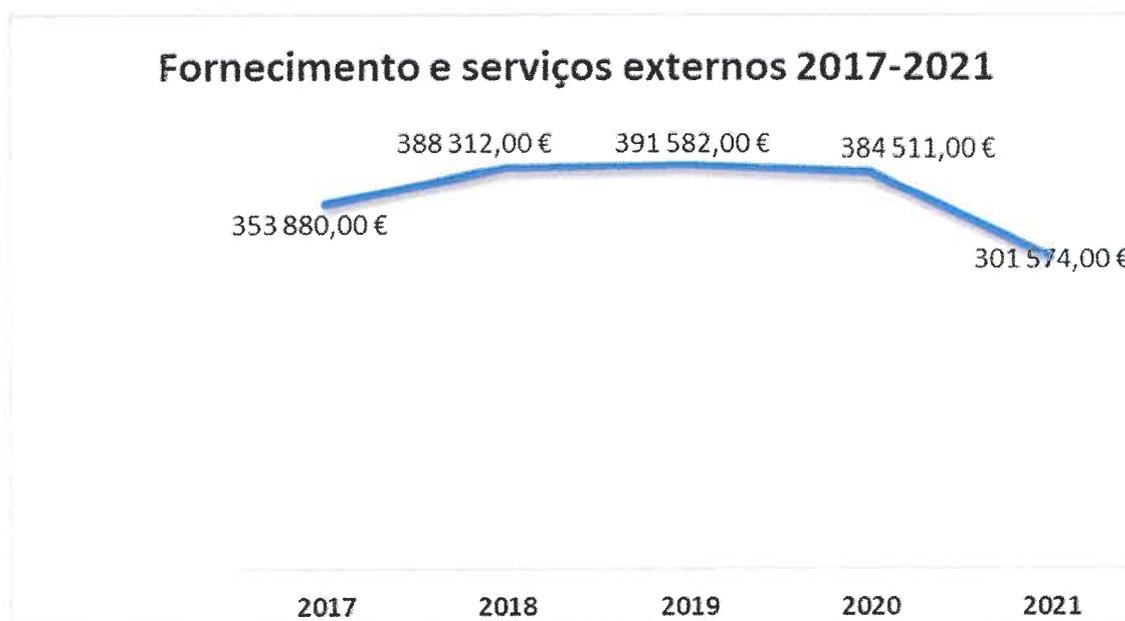


Gráfico XIX: Evolução Fornecimento e Serviços externos 2017-2021

Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal ascendem aos 557.478€ e incluem, para além das remunerações e encargos sociais, os gastos com seguros de acidentes de trabalho, seguros de saúde, fardamento e formação.



Gráfico XX: Evolução Gastos com Pessoal 2017-2020

Ao nível da evolução dos Gastos com Pessoal verifica-se um decréscimo de 53.228€ que representa uma diminuição de aproximadamente 9%, comparativamente com o ano transato. Este decréscimo justifica-se essencialmente com a saída de pessoal, nomeadamente a saída em novembro de 2020 do Administrador Executivo e de alguns trabalhadores durante o ano de 2021.

Segue quadro com análise comparativa da estrutura de gastos da EMES relativo aos períodos 2019 e 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA ESTRUTURA GASTOS 2020-2021



Gráfico XXI: Análise comparativa estrutura de gastos 2020-2021

Valor Orçamentado Vs. Valor Executado

	Valor Orçamentado	Valor Executado	Variação
Vendas, Serviços Prestados e Outros Rendimentos	1.673.365 €	1 065 868 €	-607 497 €
Fornecimentos e Serviços Externos	896 512 €	301 574 €	- 594 938 €
Gastos Com Pessoal	631 638 €	557.478 €	-74.160 €

Quatro II: Análise comparativa do valor orçamentado 2021

Analisando a variação do valor orçamentado face ao valor executado verifica-se que na rubrica vendas e serviços prestados esta apresenta uma variação negativa (607.497€).

Em relação à rubrica fornecimento e serviços externos, esta apresenta uma redução de 594.938€.

Estas variações resultam do facto de no orçamento para 2021 estar previsto o início do processo de transportes turísticos a partir de agosto, resultando numa receita de 716.296€ e fornecimento de serviços externos no valor de 357.142€, que não vieram a acontecer

A Rubrica Gastos com Pessoal apresenta um valor executado inferior ao orçamentado de cerca de 74.160€, resultante do facto de ter saído o administrador executivo em novembro de 2020, já após a elaboração do orçamento para 2021, assim como alguns trabalhadores que saíram durante o ano de 2021.

Investimentos

Em 2021 a EMES não procedeu a investimentos de realce.

Evolução da Estrutura Financeira

A EMES EM SA encerra o ano de 2021 com um resultado líquido positivo do exercício de 96.082€.

Evolução do Resultado Líquido do exercício

EVOLUÇÃO RESULTADO LIQUÍDO EXERCÍCIO

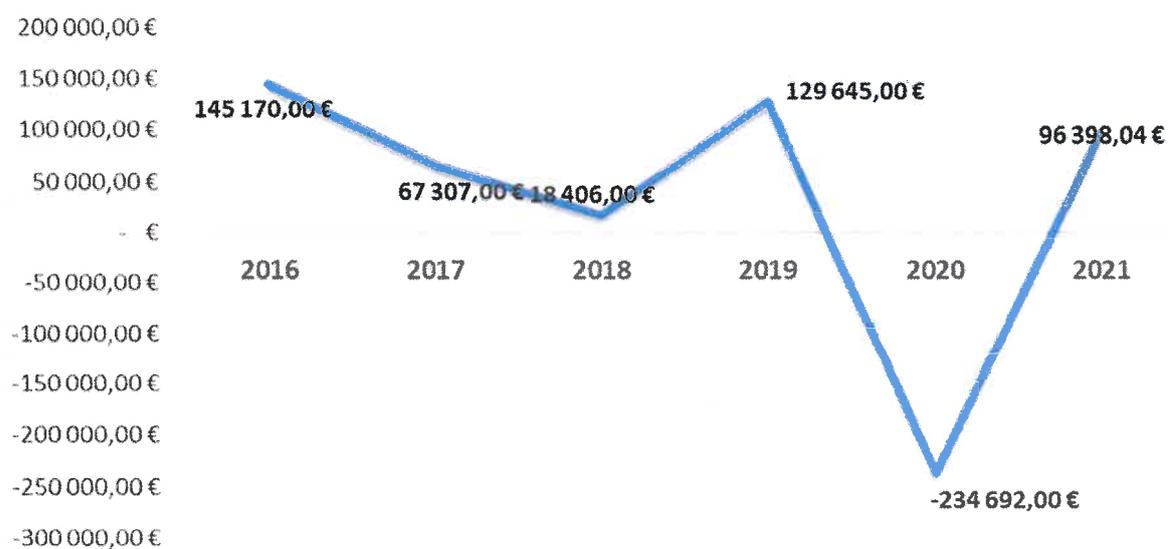


Gráfico XXII: Evolução resultado líquido 2016-2021

Handwritten initials in blue ink.

Evolução dos Resultados Transitados

O Resultado Transitado apresentado foi de 798.924,00€



Gráfico XXIII: Evolução resultado transitado 2016-2021

h

f

Evolução do Ativo

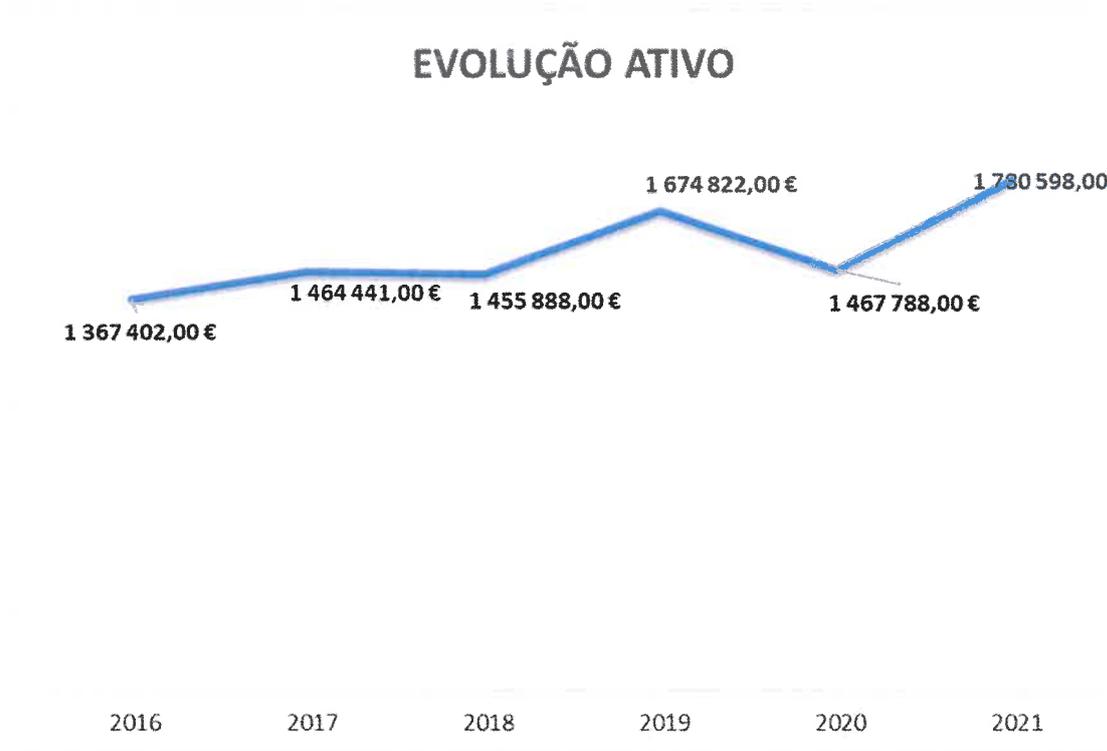


Gráfico XXIV: Evolução Ativo 2016-2021

Evolução do Passivo

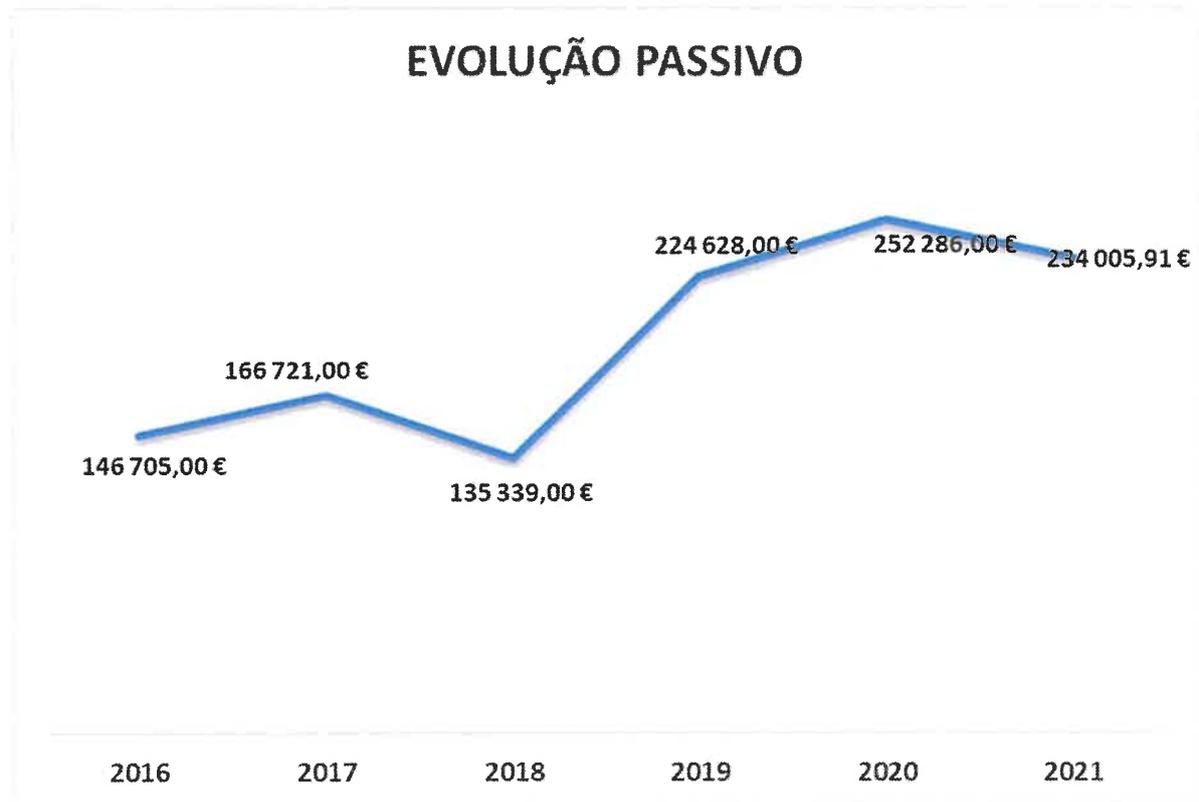


Gráfico XXV: Evolução Passivo 2016-2020

Evolução do Capital Próprio

Os capitais Próprios da empresa baixaram para 1.546.592€, traduzindo-se num aumento de 331.090 € relativamente ao ano de 2020, retomando-se a tendência de melhoria registada nos anos anteriores à pandemia.



Gráfico XXVI: Evolução Capital Próprio 2016-2021

Evolução da Caixa e Depósitos Bancários

Relativamente à Caixa e Depósito Bancário, a EMES apresenta um valor superior ao ano de 2020.

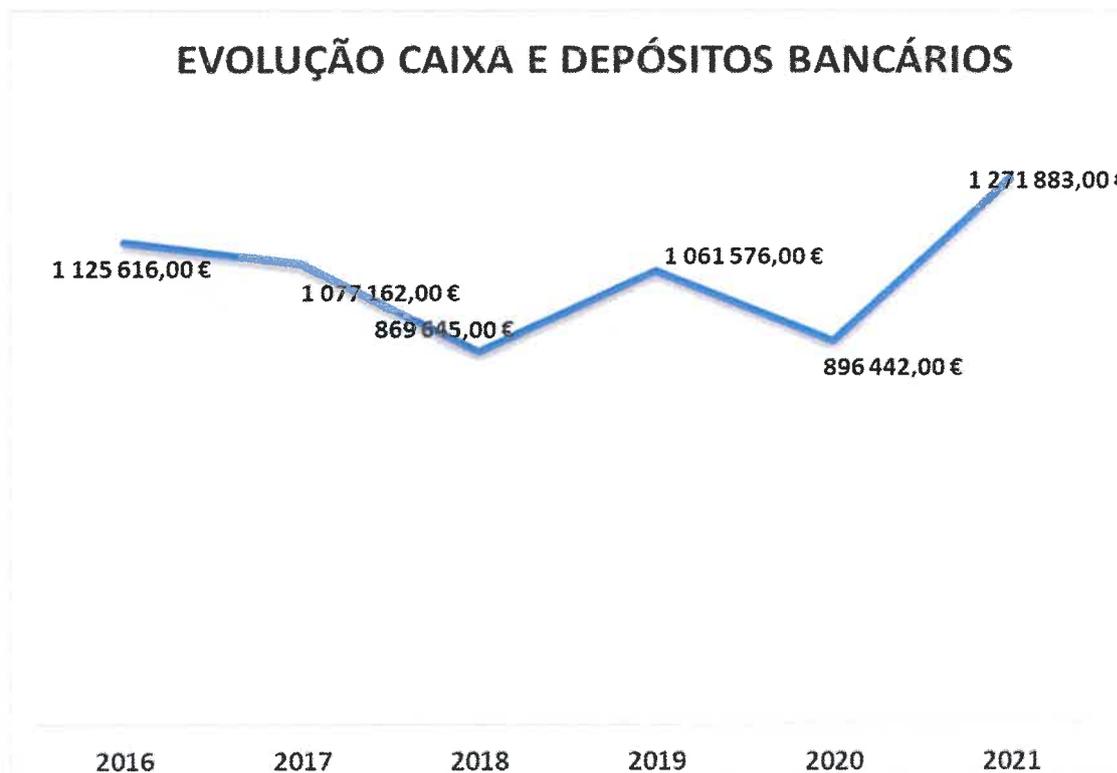


Gráfico XXVII: Evolução Caixa e Depósito Bancário 2016-2021

Perspetivas de evolução futura

O ano de 2021 apresenta-se como o ano da eventual recuperação definitiva, após a pandemia que atingiu a sociedade mundial desde março de 2020.

Continua a ser objetivo do Conselho de Administração que se proceda a uma transformação da EMES, passando de uma empresa apenas de gestão do espaço público de estacionamento, para uma empresa com responsabilidade nas definições futuras da mobilidade no concelho.

Com o início, em 2020, da emissão de autos de contraordenação, e como se conseguiu já verificar no espaço de tempo em que se emitiram autos de contraordenação, estes motivam uma subida do valor da receita do pagamento voluntário de avisos, assim como um maior retorno no pagamento das referidas contraordenações, aparecendo aqui um aumento de receita.

Finalmente a nova área da mobilidade, em desenvolvimento, continua a deixar perspetivas de crescimento, dado que, após não ter o desenvolvimento previsto durante os anos de 2020 e 2021, motivado pelos constrangimentos surgidos com a pandemia, é de novo considerada uma área de desenvolvimento estratégico para o ano de 2022, pela preparação para a implementação de um serviço de transporte turístico que vai transportar os turistas aos pontos de interesse turístico de Sintra (Centro Histórico, Palácio da Pena, Castelo dos Mouros, Quinta da Regaleira, Palácio de Monserrate).

O aumento da receita que a recuperação da economia por um lado e as novas áreas de atuação por outro possam trazer, serão investidos no melhoramento das condições de estacionamento e na criação de mais parques de estacionamento.

Eventos Subsequentes

Na Presente data, o Conselho de Administração da Empresa não tem conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimento posterior a 31 de dezembro de 2021 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

Proposta de Aplicação de Resultado

Propõe-se que o Resultado Líquido positivo apurado em 2021 no valor de 96.398,04 (noventa e seis mil trezentos e noventa e oito euros e quatro cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados

Sintra, 4 de março de 2022

O Conselho de Administração,

Pedro Ventura

Piedade Mendes

Domingos Quintas









Menções Obrigatórias

Para lá das anotações incluídas no Anexo às contas subsistem, por imperativo legal, as seguintes menções obrigatórias:

- Não há dívidas em mora à Segurança Social.
- Não há dívidas em mora ao Estado ou Outros Entes Públicos.
- A sociedade não adquiriu nem alienou quaisquer ações próprias no exercício de 2021 nem é detentora de quaisquer ações próprias em 31 de dezembro de 2021.
- Nenhum dos seus administradores ou o seu Fiscal Único, adquiriu ou alienou quaisquer ações da sociedade no exercício de 2021 nem é detentor de quaisquer ações da sociedade em 31 de dezembro de 2021
- O capital da sociedade é integralmente detido pela Câmara Municipal de Sintra



Demonstrações Financeiras

5
4
2

EMES, EM, SA

Data: 2021/12/31

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Reduzido)

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2021

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	853.437	768.713
Fornecimento e serviços externos	14	-301.574	-384.511
Gastos com o pessoal	15	-557.478	-610.706
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-2.058	-1.679
Outros rendimentos	16	212.431	154.149
Outros gastos	17	-5.919	-62.232
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		198.839	-136.266
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	-93.925	-96.663
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		104.914	-232.929
Resultado antes de Impostos		104.914	-232.929
Imposto sobre o rendimento do período	10	-8.516	-1.763
Resultado líquido do período		96.398	-234.692

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO



EMES, EM, SA

Data: 2021/12/31

BALANÇO REDUZIDO (IES) em 31 de DEZEMBRO de 2021

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	437.261	517.061
Activos intangíveis	6	18.833	28.159
		456.095	545.220
Activo corrente			
Clientes	12	1.799	4.915
Outros créditos a receber	12	50.821	16.918
Diferimentos		0	4.294
Caixa e depósitos bancários	4	1.271.883	896.442
		1.324.503	922.568
Total do Activo		1.780.598	1.467.788
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPTAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13	250.000	250.000
Outros instrumentos de capital próprio	13	302.060	302.060
Reservas Legais	13	54.725	54.725
Outras Reservas	13	44.484	44.484
Resultados transitados	13	798.924	798.924
		1.450.194	1.450.194
Resultado líquido do período		96.398	-234.692
		1.546.592	1.215.502
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.546.592	1.215.502
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	53.320	60.450
Estado e outros entes públicos	11	45.803	27.541
Outros passivos correntes	12	134.883	164.295
		234.006	252.286
Total do Passivo		234.006	252.286
Total do capital próprio e do passivo		1.780.598	1.467.788

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

E.M.E.S

EMPRESA MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DE SINTRA, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

1. Identificação da Entidade

A Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M., S.A (EMES, E.M., S.A) é uma empresa municipal constituída em 26 de agosto de 1999, que tem a sua sede social no Edifício Paços do Concelho, Largo Virgílio Horta, Sintra.

A empresa surgiu para prestar um serviço público de regulação do estacionamento no Concelho de Sintra, por forma a garantir a rotatividade necessária nos espaços urbanos de maior afluência e onde se encontram localizados o comércio e serviços

A empresa tem por objeto principal a instalação e gestão, incluindo a fiscalização dos sistemas de estacionamento público urbano pago á superfície no Concelho de Sintra.

Complementarmente tem ainda como objeto a promoção da construção e exploração de parques de estacionamento em estruturas ou zonas de reconhecido interesse e necessidade públicos e/ou a participação naquelas, construção e exploração.

A empresa tem ainda como objeto acessório, atividades relacionadas com o seu objeto principal e complementar, designadamente a comercialização de bens e prestação de serviços, a elaboração e/ou promoção de estudos e projetos de ordenamento de novas áreas de estacionamento e de utilização de novos métodos e tecnologias de exploração de estacionamento tarifado e ainda a realização das respetivas obras de execução.

A empresa pratica todos os atos necessários à prossecução do seu objeto, incluindo-se a exploração dos bens e equipamentos afetos a esta prossecução. Compete ainda à empresa a cobrança das tarifas relativas ao estacionamento de duração limitada bem como a respetiva fiscalização.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.



2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

Em 2021 as demonstrações financeiras da EMES, EM, SA foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos Avisos n.os 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho de 2015, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

A entidade adota a NCRF-PE nos termos dos referidos normativos.

2.2. Derrogações das disposições do SNC

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2020.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

a) Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

b) Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

c) Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

d) Materialmente e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, ou no anexo.

B
M
M
e

e) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-PE.

3.2. Outras políticas contabilísticas

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de manutenção e reparação que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

- | | |
|---------------------------------|-----------------|
| - Equipamento básico | - 4 a 10 anos |
| - Equipamento de transporte | - 4 anos |
| - Equipamento administrativo | - 5 a 10 anos |
| - Outros ativos fixos tangíveis | - - 4 a 10 anos |

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

c) Ativos e passivos financeiros (Instrumentos Financeiros):

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, sendo reconhecidos quando apresentam as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;

- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros- Contratos para contrair empréstimos.
- Outros passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros mensurados ao custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os referidos ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

d) Instrumentos de capital próprio

A entidade reconhece instrumentos de capital próprio no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou a entregar

qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio. Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados a entidade deve apresentar a quantia a receber como ativo.

e) Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto corrente. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

f) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

g) Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



h) Locação financeira

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

i) Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

j) Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

j1) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

j2) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

k) Ativos e Passivos Contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

l) Imparidades

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.





m) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 04 de março de 2022, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

3.3. Principais Estimativas e Julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da mesma.

3.5. Principais fontes das incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos

Descritivo	2021	2020
Caixa	1.706	2.155
Depósitos bancários	1.270.177	894.287
Caixa e Depósitos Bancários	1.271.883	896.442

A 31 de dezembro de 2021 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Rúbrica	31/12/2020	Aquisições	Abates / alienações	Transferências	31/12/2021
Edifícios e outras construções	418.004				418.004
Equipamento básico	642.612	4.800			647.412
Equipamento administrativo	49.886				49.886
Outros ativos fixos tangíveis	72.266				72.266
Valor aquisição	1.182.768	4.800	0	0	1.187.568
Edifícios e outras construções	185.584	46.397			231.981
Equipamento básico	479.926	27.604			507.530
Equipamento administrativo	37.892	4.141			42.033
Outros ativos fixos tangíveis	31.851	6.458			38.308
Depreciações acumuladas	735.253	84.600	0	0	819.852
Valor líquido	447.514	-79.800	0	0	367.715
Investimentos em curso	69.547				69.547
Ativos fixos Tangíveis	517.061	-79.800	0	0	437.261

Rúbrica	31/12/2019	Aquisições	Abates / alienações	Transferências	31/12/2020
Edifícios e outras construções	108 029	10 475		299 501	418 004
Equipamento básico	805 717	55 380		-218 485	642 612
Equipamento administrativo	51 658	22 054		-23 827	49 886
Outros ativos fixos tangíveis	118 725			-46 459	72 266
Valor aquisição	1 084 129	87 909	0	10 730	1 182 768
Edifícios e outras construções	44 501	45 650		95 433	185 584
Equipamento básico	497 964	25 453		-43 491	479 926
Equipamento administrativo	41 124	3 825		-7 057	37 892
Outros ativos fixos tangíveis	65 944	8 300		-42 392	31 851
Depreciações acumuladas	649 533	83 227	0	2 494	735 253
Valor líquido	434 596	4 681	0	8 236	447 514
Investimentos em curso	50 570	18 977			69 547
Ativos fixos Tangíveis	485 166	23 658	0	8 236	517 061

6. Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, e perdas por imparidade foi conforme abaixo:

Rúbrica	31/12/2020	Aquisições	Abates / alienações	Transferências	31/12/2021
Programas de computador	63.227				63.227
Valor de aquisição	63.227	0	0	0	63.227
Programas de computador	35.068	9.326			44.394
Depreciações acumuladas	35.068	9.326	0	0	44.394
Valor líquido	28.159	-9.326	0	0	18.833
Investimentos em curso	0				0
Ativos intangíveis	28.159	-9.326	0	0	18.833

Rúbrica	31/12/2019	Aquisições	Abates / alienações	Transferências	31/12/2020
Programas de computador	63 227				63 227
Valor de aquisição	63 227	0	0	0	63 227
Programas de computador	21 633	13 435			35 068
Depreciações acumuladas	21 633	13 435	0	0	35 068
Valor líquido	41 595	-13 435	0	0	28 159
Investimentos em curso	0				0
Ativos intangíveis	41 595	-13 435	0	0	28 159

8. Locações

Em 31 de dezembro de 2021 a empresa dispõe de equipamentos em regime de locação operacional, cujas rendas não vencidas nos próximos exercícios se decompõem da seguinte forma:

Prazo	Equipamento de transporte	Total
<1 ano	6.411	6.411
Entre 1 a 5 anos	0	0
TOTAL	6.411	6.411

9. Vendas e prestações de serviços

Todos os réditos reconhecidos na rúbrica de Vendas e prestações de serviços foram gerados no mercado interno, conforme abaixo:

Rúbrica	31/12/2021		31/12/2020	
	Mercado Nacional	Total	Mercado Nacional	Total
Prestações de serviços	853.437	853.437	768.713	768.713
TOTAL	853.437	853.437	768.713	768.713

10. Imposto sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante de Imposto sobre o rendimento apurado foi conforme abaixo:

<u>Imposto sobre o Rendimento</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto Corrente	7.453	
Tributações autónomas	1.063	1.763
<u>Imposto sobre o rendimento</u>	<u>8.516</u>	<u>1.763</u>

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro a rubrica de Estado e outros Entes Públicos decompunha-se da seguinte forma:

<u>EOEP - Passivo</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre o rendimento	8.516	1.763
Retenções de imposto sobre o rendimento	1.749	1.474
IVA	33.195	14.923
Contribuições para a Segurança Social	7.382	9.382
Outras tributações	-5.039	0
<u>TOTAL</u>	<u>45.803</u>	<u>27.541</u>

12. Instrumentos financeiros

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

<u>Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cientes	1.799	4.915
Outros Créditos a Receber	50.821	16.918
<u>TOTAL</u>	<u>52.620</u>	<u>21.832</u>

A rúbrica de outros créditos a receber inclui a receita dos últimos dias de dezembro de 2021, depositados em janeiro de 2022.

<u>Passivos financeiros</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores	53 320	60 450
Outros Passivos Correntes	134 883	164 295
TOTAL	188 203	224 745

rúbrica de outros passivos correntes é composta pelos saldos abaixo:

<u>Outros passivos correntes</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores de investimentos	0	33.671
Acréscimos de gastos	61.206	67.308
Valores a entregar aos parceiros legais	58.256	58.256
Outros credores	15.421	5.059
TOTAL	134.883	164.295

13. Capital

A 31 de Dezembro de 2021, a Empresa detinha um capital social, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000€, composto por 250.000 ações, ao valor nominal de 1 euros por ação,

O capital social da Empresa, a 2021, discrimina-se como se segue:

- Município de Sintra: 100%

O movimento das rúbricas de capital próprio durante os exercícios de 2021 e 2020 encontra-se detalhado abaixo.

<u>Rúbrica</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31/12/2021</u>
Capital subscrito	250.000			250.000
Outros instrumentos de capital próprio	302.060			302.060
Reservas legais	54.725			54.725
Reserva DLRR	44.484			44.484
Resultados transitados	798.924	234.692	-234.692	798.924
Resultado líquido do período	-234.692	96.398	234.692	96.398
Total do Capital Próprio	1.215.502	331.090	0	1.546.592

Rúbrica	31/12/2019	Aumentos	Diminuições	31/12/2020
Capital subscrito	250.000			250.000
Outros instrumentos de capital próprio	302.060			302.060
Reservas legais	54.725			54.725
Reserva DLRR	30.398	14.086		44.484
Resultados transitados	683.364	115.560		798.924
Resultado líquido do período	129.645	-234.692	-129.645	-234.692
Total do Capital Próprio	1.450.194	-105.047	-129.645	1.215.502

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta Reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2021 a Reserva legal apresenta o valor de €54.725,30, montante que representa cerca de 22 % do capital social, encontrando-se assim cumprida a disposição legal referida acima.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa procedeu, em conformidade com a deliberação da Assembleia-Geral que aprovou as contas do exercício de 2020, á transferência para Resultados transitados do valor do Resultado Líquido Negativo do Exercício no valor de 115.559,90 Euros.

Verificou-se igualmente durante o exercício de 2021, conforme deliberação do accionista único, o reforço dos Capitais Próprios por cobertura integral do prejuízo verificado em 2020, dando assim cumprimento ao imperativo definido pelo nº 2 do Artigo 40º da Lei nº 50/2012 - Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

14. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos tem no exercício de 2021 e 2020 a seguinte composição.

Fornec. e serv. Externos	2021	2020
Serviços especializados	162.774	183.414
Materiais	8.964	16.607
Energia e fluídos	44.048	52.069
Deslocações, estadas e transport	1.705	2.226
Rendas e alugueres	52.560	70.819
Comunicação	12.993	29.358
Seguros	4.308	9.060
Contencioso e notariado	463	590
Despesas de representação	0	0
Limpeza, higiene e conforto	13.378	19.579
Outros serviços	382	789
TOTAL	301.574	384.511

Handwritten signature and initials in blue ink.

15. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com o Pessoal tem no exercício de 2021 e 2020 a seguinte composição:

Gastos com o pessoal	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	1.160	63.732
Remunerações do pessoal	433.722	416.121
Indemnizações	2.324	2.850
Encargos sobre remunerações	108.541	116.835
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissio	3.728	-179
Outros gastos com o pessoal	8.003	11.348
TOTAL	557.478	610.706

O número médio de empregados ao serviço da empresa foi de 31 (34 em 2020).

16. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos tem no exercício de 2021 e 2020 a seguinte composição:

Outros Rendimentos	2021	2020
Autos de contra ordenação	211.690	129.458
Sinistros	0	1.650
Correções relativas a exercícios anteriores	0	8.236
Outros	741	14.805
Total	212.431	154.149



17. Outros Gastos

A rubrica de Outros gastos tem no exercício de 2021 e 2020 a seguinte composição:

Outros gastos	2021	2020
Impostos	2.005	3.452
Sinistros	0	260
Direitos AT (Autos de contraordenação)	0	45.310
Direitos ANSR (Autos de contraordenação)	0	12.946
Correcções Relativas a Exercícios Ant.	3.456	
Outros	457	265
TOTAL	5.919	62.232

18. Entidades relacionadas

As transações e saldos entre a empresa e entidades relacionadas (Câmara Municipal de Sintra), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são as apresentadas no quadro abaixo.

Transações	2021	2020
Serviços adquiridos	27.004	24.429

Saldos	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	8.522	22.352
Prestações Suplementares	302.060	302.060

Os termos ou condições praticadas entre a empresa e a referida entidade relacionada (Câmara Municipal de Sintra) são substancialmente idênticos aos que seriam normalmente contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

19. Impacto da pandemia Sarscov 2 (COVID19)

Decorrido cerca de dois anos desde a declaração de pandemia do novo coronavírus Sarscov-2 ("COVID-19") pela OMS, a qual constitui um evento não ajustável, esta continua a ter fortes consequências na economia, a sua retração e incerteza quanto ao futuro.

Tal como resulta da análise do relatório de gestão e das demonstrações financeiras a referida situação pandémica teve impactos relevantes ao nível da receita da entidade, em particular na receita relativa a estacionamento à superfície, sendo que o efeito negativo das mesmas na prestação de serviços da EMES se prolongou nos primeiros meses de 2021, tendo a entidade vindo a implementar medidas de contingência no sentido de assegurar a minimização do risco de eventuais impactos do COVID-19.

Na presente data, não é possível estimar com razoável grau de segurança os impactos futuros na atividade, situação financeira e estrutura económica da entidade, atento o atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução, sendo entendimento do Conselho de Administração da EMES que as circunstâncias excecionais acima apresentadas não colocam em causa a continuidade das operações e a solidez financeira da entidade, atendendo ao volume de disponibilidades financeira em 31 de Dezembro de 2021 e o facto da entidade ser inteiramente detida pela Câmara Municipal de Sintra.

20. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para publicação em 04 de março de 2022. Em tal data não são conhecidos, para além dos efeitos de incerteza já referidos na nota 19, quaisquer acontecimentos com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, nem outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

21. Passivos contingentes

Na data de aprovação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 não são do conhecimento da Administração quaisquer contingências resultantes de processos judiciais ou extra judiciais intentados contra a empresa, processos de inspeção ou de contra ordenação instaurados por autoridades públicas ou reclamações de qualquer natureza apresentadas por clientes ou outros terceiros, cujo desfecho desfavorável à empresa se apresente altamente

provável e do qual possam resultar passivos firmes de valor material, para os quais, de acordo com o Princípio da Prudência, devessem ter sido constituídas provisões para riscos e encargos.

22. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 07 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, não existindo qualquer acordo de pagamento em prestações.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 6º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021 a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações detidas pela empresa em 31 de dezembro de 2021.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2 da alínea e) do artigo 6º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos do n.º 1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, o valor de honorários de Revisão Legas das Contas Anuais foi de 3.420 euros.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

